

O caso de desaparecimento de Tutxi ãwa: reparações e caminhos possíveis para o povo

ãwa¹

Carolina Silva Nogueira (UFRJ)²

Resumo: A pesquisa de mestrado visa fomentar uma discussão sobre o desaparecimento de pessoas no Brasil a partir do recorte indígena. Em particular, discute-se o desaparecimento de Tutxi ãwa, do povo ãwa (Avá-Canoeiro do Araguaia), com o objetivo de entender como ocorre a mobilização da categoria do desaparecimento dentro da esfera indígena. A pesquisa utiliza uma metodologia qualitativa e exploratória, ao analisar o fluxo burocrático de solicitações jurídicas em torno do reconhecimento de Tutxi ãwa enquanto desaparecido político da Ditadura Militar. Ao tomar esses documentos técnicos enquanto artefatos (Lowenkron e Ferreira, 2014) argumento como eles simultaneamente testemunham e produzem violências, contribuindo de modo ambivalente e tutelar para a ocorrência de múltiplas formas de violência. Tendo em vista que a pesquisa ainda está em andamento, apresento meu material empírico mais recente, de modo a evidenciar a perspectiva etnográfica que orienta esta pesquisa. Exponho como o estudo de caso torna-se representativo dentro de uma coleção de desaparecimentos e violências cometidas contra os povos originários desde a colonização. Sustento que o desaparecimento indígena tem particularidades que precisam ser observadas, como suas respectivas cosmovisões e relações com a morte.

Palavras-chave: Povo ãwa; reparação; desaparecimento de pessoa indígena.

Introdução

O presente estudo é fruto da minha dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Etnografia e Crítica Cultural (PPGECC/UFRJ), sob orientação da Professora Dra. Letícia Ferreira. De modo geral, a pesquisa discute sobre a busca por reparação em torno do caso de desaparecimento de Tutxi ãwa, um importante líder indígena Avá-Canoeiro do Araguaia (Povo ãwa) que desapareceu durante o período da ditadura civil-militar. Em particular, busco compreender os sentidos que o caso de desaparecimento de Tutxi ãwa aquire em contextos variados. Ainda em andamento, a pesquisa se desenvolve a

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026).

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Etnografia e Crítica Cultural (PPGECC/UFRJ), sob orientação da Professora Dra. Letícia Ferreira. Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB) e graduanda em Antropologia pela mesma instituição. Pesquisadora no Observatório do Desaparecimento de Pessoas (UnB/MDHC). E-mail: carolinanogueira1999@gmail.com

partir da integração de diferentes interesses, costurados mediante a prática etnográfica. São eles: o encontro do etnógrafo com documentos e práticas burocráticas; o universo da antropologia do Estado e das reparações; a literatura contemporânea sobre o fenômeno do desaparecimento de pessoas e a cosmologia indígena Avá-Canoeiro do Araguaia (Povo Æwa). A pesquisa também se articula a partir de reflexões tecidas ao longo do meu trabalho enquanto pesquisadora do Observatório do Desaparecimento de Pessoas no Brasil (ObDes/UnB/MDHC).

Tratando-se de uma etnografia multissituada (Marcus, 1995), o trabalho se estrutura a partir de três principais frentes etnográficas: minha ida ao Cemitério Parque em Goiânia, meu encontro com o Povo Æwa no Acampamento Terra Livre (ATL) em Brasília, e, por fim, minha incursão etnográfica na Aldeia Itaro, em Tocantins, onde o Povo Æwa reside atualmente. O artigo a seguir, portanto, discorre sobre como o caso de desaparecimento de Tutxi Æwa é tratado nesses três diferentes momentos etnográficos. O objetivo deste texto é traçar possíveis conexões entre as três incursões, apresentando as contradições e ambiguidades de um caso de reparação que se articula contra (e partir) do Estado.

A escolha por um aprofundamento empírico (ao invés de teórico) neste trabalho coincide com o momento de pesquisa que vivo atualmente: recém-chegada da minha última incursão em campo. Trata-se, antes de tudo, de um esforço etnográfico e ensaístico de reflexão sobre minhas últimas experiências, com o desejo de apresentar indagações e registrar acontecimentos de maneira crítica. Em suma, concluo que o caso de Tutxi Æwa se insere dentro de um quadro maior de luta por justiça e reparação, mobilizado em resposta às (e apesar das) múltiplas violências cometidas pelo Estado contra o povo Æwa desde a colonização.

O artigo em questão está organizado em seis subtópicos. Em um primeiro momento, apresentarei um panorama geral e histórico do Povo Æwa, bem como suas lutas e diferentes formas de resistência ao longo de séculos de perseguição colonial. Em seguida, adentro o caso de desaparecimento de Tutxi Æwa de maneira aprofundada. Na sequência, disserto respectivamente sobre as minhas três principais entradas em campo: o cemitério, o encontro e a aldeia. Nesse momento, também resumo brevemente a minha trajetória de pesquisa anterior, em especial do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), cujos achados me apresentaram a possibilidade de vivenciar as referidas incursões. Por último, em “Considerações finais” discuto sobre a análise de maneira geral e interrogo sobre possíveis caminhos a serem traçados no futuro.

O povo Āwa: suas origens e histórias de resistência ao longo do tempo

Neste subtópico, espero apresentar um panorama histórico geral dos conflitos que permeiam a história do povo Āwa desde o século XVIII até a contemporaneidade. Seguindo uma linha do tempo convencional, escolho apresentar o contexto Araguaia conforme o material presente no relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014), baseado no “Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Taego Āwa”, realizado pela antropóloga Patrícia de Mendonça Rodrigues (2012). Os Avá-Canoeiro, conhecidos comumente por “Canoeiros”, devido a intensa utilização de canoas como meios de transporte, estavam localizados nas matas de galeria nas margens e cabeceiras do Rio Tocantins, conhecida como Rio Maranhão em seu alto curso (região de planalto que hoje corresponde principalmente ao norte de Goiás e sul de Tocantins) na segunda metade do século XVIII quando o movimento colonizador chegou na região Brasil Central. O grupo, que apenas a partir dos anos 60 do século XX passaram ser conhecido como *Avá-Canoeiro* (Torral 1984/1985 apud Rodrigues, 2013), atualmente se reconhece e autodetermina como Povo Āwa.

Estimava-se, no século XVIII, a existência de 3 a 4 mil “Canoeiros” na região da bacia do Tocantins. De acordo com Rodrigues (2013), tem-se até o momento que a língua do coletiva está muito próxima linguisticamente dos povos Tupi-Guarani setentrionais, como os Tapirapé, Asurini do Tocantins, Suruí do Tocantins, Parakanã, Guajajara e Tembê. No fim do século XVIII, expedições fluviais de comerciantes no Goiás provocaram massacres contra os Avá-Canoeiro, que resistiram por quase dois séculos à colonização. Tanto na literatura histórica como na história oral dos antigos goianos, os Avá-Canoeiro são conhecidos como o povo indígena que mais resistiu à colonização, recusando-se rigorosamente a qualquer tentativa de “contato pacífico” por parte dos invasores (Rodrigues, 2013; 2021). No século XIX, os conflitos entre os povos indígenas da região e os colonizadores eram marcados por diversos episódios de bandeiras punitivas³, criação de presídios e aldeamentos nos rios Maranhão/Tocantins, Araguaia e arredores. Nesse contexto, as campanhas e expedições de comerciantes do século XIX dizimaram e dispersaram o grupo. Depois da fragmentação, em 1830, parte do grupo continuou vivendo no Tocantins, com sua população reduzida drasticamente, enquanto outra parte deslocou-se para a bacia do rio Araguaia, o principal

³ As bandeiras punitivas foram expedições mercantilistas e extremamente violentas de bandeirantes contratados para destruir quilombos, reprimir revoltas, capturar e assassinar pessoas indígenas e negras escravizadas. No que tange aos aldeamentos, estas eram as vilas organizadas pelos jesuítas em terras doadas pela Coroa portuguesa, cujo objetivo era forçadamente catequizar os indígenas.

afluente do rio Tocantins. O trabalho em questão se debruça sobre o coletivo que se movimentou em direção ao Araguaia.

Ao chegarem a esse novo ambiente de savanas inundáveis, bastante distinto do planalto do alto Tocantins, os Avá-Canoeiro do Araguaia tiveram de adaptar profundamente seus modos de vida, já que essa nova biosociodiversidade histórica impôs restrições e desafios ao uso da terra, aos recursos disponíveis e aos padrões tradicionais de habitação e circulação no território. A partir do início do século XX, a expansão das atividades agropecuárias no médio Araguaia tornou-se cada vez mais intensa. Esse processo se acelerou a partir dos anos 1940, impulsionado pela política desenvolvimentista da Marcha para o Oeste e, posteriormente, pela construção de Brasília, que desencadeou um novo e significativo fluxo migratório para o Centro-Oeste (Rodrigues, 2021). A perseguição aos indígenas atingiu seu ápice entre o final da década de 1940 e meados da de 1960, período em que centenas de “Cara Preta”, como os Avá-Canoeiro são conhecidos até hoje pela história regional, foram mortos, por ataques individuais e por queimadas que resultaram na destruição e extermínio de aldeias inteiras.

Encurralados pelos brancos por todos os lados, cercados por cercas, casas, cães, vaqueiros e estradas, os Avá-Canoeiro do Araguaia acabaram obrigados a se refugiar na Mata Azul, o trecho mais isolado e inóspito do território entre os rios Javaés e Formoso do Araguaia. Conhecida pelos Avá-Canoeiro como *Iwygàpawa* (“Berçário das Árvores”), a Mata Azul é uma região florestal mais ampla, que pode ser compreendida como uma grande faixa de mata longitudinal localizada no centro do interflúvio entre os rios Javaés e Formoso do Araguaia. O local foi o último refúgio antes do contato forçado em 1973.

O coletivo foi surpreendido de forma violenta pela equipe da FUNAI em dezembro de 1973. Segundo a história oral do grupo (Rodrigues, 2021), a aproximação surpresa se deu sob tiros e fogos de artifício. Contrariando a versão de passividade, amplamente divulgada nos veículos de informação da região e também nos boletins oficiais da FUNAI, os Avá-Canoeiro resistiram e reagiram com flechas. A reação do grupo se deu sob a liderança de Tutxi e Tutawa (cacique que faleceu em 2015), sendo Tutxi o responsável por lançar a flecha que feriu um Xavante⁴ no nariz, um episódio emblemático que a narrativa oficial tendia a enfatizar como justificativa da agressão sofrida pelos sertanistas. Após a resistência, os indígenas capturados, incluindo os líderes Tutxi e Tutawa, foram imediatamente amarrados

⁴ “A ideia de colocar os Xavante caçando os Avá-Canoeiro na mata – o que teve consequências trágicas para os dois grupos – remete às práticas de conquista dos primeiros colonizadores, que se aliavam a determinados grupos indígenas contra outros” (Rodrigues, 2021, p. 37).

sob a mira das armas de fogo do grupo e, com a certeza de que seriam mortos, levados como prisioneiros para a sede da Fazenda Canuanã⁵, onde ficaram presos junto com seus antigos funcionários e vaqueiros que os perseguiram durante anos. Depois de anos atravessando a mata para escapar de tiros, incêndios e cães de caça, a captura final pela Frente de Atração, é um marco brutal na trajetória Avá-Canoeiro.

O caso de desaparecimento de Tutxi Æwa

O presente trabalho pretende contribuir para a memória de Tutxi Æwa, um dos principais protagonistas da resistência Æwa, desaparecido em 1973, cuja morte se deu em circunstâncias desconhecidas pelo grupo. Tutxi é lembrado como uma pessoa especial para a comunidade, seja exercendo seu papel de liderança ou em trocas com seus parentes mais próximos, recordado com memórias históricas de liderança, de afeto e de proteção, segundo relatos coletados por Rodrigues (2021). Tutxi possuía laços próximos de parentesco com os sobreviventes do contato com os brancos e atuou fortemente na defesa de seu grupo nos episódios marcantes da história de genocídio contra os Avá-Canoeiro.

Após o contato forçado e violento realizado pela Frente de Atração⁶ da FUNAI durante o governo militar, Tutxi teria supostamente adoecido após contrair pneumonia. Foi em 1974, quando Tutxi foi levado a Goiânia para tratamentos médicos, que seus familiares o avistaram pela última vez. Desde então, seu povo nunca mais teve contato ou notícias de Tutxi. Seu corpo nunca foi devolvido aos seus parentes e eles nem ao menos foram devidamente comunicados sobre a causa de sua morte. Foi apenas quase 50 anos mais tarde, em 2020, que outras versões da história começaram a ser reveladas.

Em julho de 2020, em uma oficina organizada com o Marcelo Zelic⁷ sobre uso do acervo do Armazém Memória⁸, a antropóloga Patrícia de Mendonça Rodrigues (Rodrigues,

⁵ No início da década de 70, os proprietários da Fazenda Canuanã, localizada no Médio Araguaia, iniciaram uma parceria com o Grupo Bradesco. O Bradesco, no entanto, teria ameaçado cancelar grandes investimentos caso a presença de indígenas fosse confirmada na área. Como a fazenda possuía uma “certidão negativa” da FUNAI atestando falsamente a inexistência de indígenas, a captura e remoção do grupo serviram para “limpar” o terreno e garantir o aporte financeiro (Rodrigues, 2021).

⁶ A Frente de Atração da FUNAI foi uma política implementada durante a Ditadura Militar no Brasil. Seu principal objetivo era estabelecer contato e “integrar” os povos indígenas à sociedade nacional. Embora a política tenha sido apresentada como uma forma de “proteção”, ela resultou majoritariamente em violência, perseguição, doenças, e genocídio contínuo aos povos originários.

⁷ Marcelo Zelic (1963-2023) foi membro da Comissão Justiça e Paz de São Paulo e coordenador do Armazém Memória. Foi um dos responsáveis pela inclusão do tema indígena na CNV e um dos principais defensores da criação de uma Comissão da Verdade Indígena. Foi um grande mobilizador do caso de reparação de Tutxi Æwa, cujo falecimento é muito lamentado pelo Povo Æwa.

⁸ O Armazém Memória é um projeto e portal online que se dedica à preservação, catalogação e disponibilização de documentos históricos e culturais, com foco na memória nacional e em ações de direitos humanos. Disponível em: <https://armazemmemoria.com.br/> (Acesso em: 21 de jul. 2025).

2021), responsável por produzir os estudos antropológicos para a demarcação das terras ancestrais do povo Avá-Canoeiro, localizou um relatório⁹ produzido pela extinta Assessoria de Segurança e Informação da FUNAI (ASI-FUNAI)¹⁰ no arquivo virtual Memórias Reveladas, do Arquivo Nacional¹¹. O arquivo em questão reúne diversas matérias jornalísticas e informações com relação à FUNAI e sua atuação com diferentes povos indígenas. Sob o título de “Atração e Aculturação – 2º. Trimestre/74” encontra-se no item 2 do documento da ASI notícias de imprensa publicadas sobre os Avá-Canoeiro naquele período. Segundo uma reportagem do Jornal do Brasil, de 14 de maio de 1974, confirma-se o local de sepultamento de Tutxi, porém, os documentos hospitalares e médicos-legais omitem sua identidade e origem indígena, enterrando-o enquanto não-pessoa e não-pertencente a nenhum povo indígena. Essas informações só chegaram aos Avá-Canoeiro em 2021. Até antes, o Estado esteve em completa omissão sobre as circunstâncias da morte de Tutxi e o seu local de enterro.

A partir da análise de relatórios da FUNAI (2012), laudo pericial judicial (2021) e Relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014), nota-se que a FUNAI comunicou sua morte de maneira informal para a comunidade remanescente (Rodrigues, 2021), a qual até hoje não teve acesso ao corpo. Além da negligência do seu direito à saúde e ocultamento de informações quanto às violências cometidas contra seu povo, negaram-lhes o direito de um enterro digno, conforme os rituais fúnebres da comunidade. Conforme a cosmologia Awã, os mortos apenas descansam “em paz” quando enterrados junto a comunidade, o que causou e continua causando sofrimento aos seus parentes.

O cemitério

A escrita deste subtópico exige, antes de adentrar em seu escopo, o esforço de rememorar a minha trajetória de pesquisa e quais questões me levaram ao Cemitério Parque, em Goiânia. Desse modo, a dissertação de mestrado em questão se desenvolve em continuidade da minha pesquisa iniciada no meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em

⁹ Para ver o documento na íntegra, acesse Armazém Memória em

https://app.docvirt.com/bmn_arquivonacional/pageid/87216 (Acesso em: 21 de jul. 2025).

¹⁰ Na época da ditadura militar, a ASI-FUNAI era diretamente ligada ao Serviço Nacional de Informação (SNI). A SNI era um órgão de informação e inteligência que coletava informações e relatórios sobre a situação política e social, com foco em monitorar e reprimir os movimentos considerados de oposição ao regime ou subversivos, utilizando agentes infiltrados em diversos setores entre outras técnicas de vigilância (SAMPAIO e DE LIMA, 2023).

¹¹ O Banco de Dados “Memórias Reveladas” reúne, de forma cooperativa, informações sobre o acervo arquivístico relacionado à repressão política no período de 1964 até 1985. Para mais informações, acesse: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br> (Último acesso em: 10 de jul. de 2025).

Antropologia, na Universidade de Brasília (UnB). O estudo, sob orientação da Professora Christine de Alencar Chaves, busca contribuir para a discussão contemporânea e intelectual em torno da mobilização da categoria *desaparecimento*, a partir do estudo do caso de Tutxi ãwa. Em particular, meu TCC se concentra na análise documental do fluxo burocrático de solicitações jurídicas em torno do reconhecimento de Tutxi Awã enquanto desaparecido político da Ditadura Militar, contextualizando-as como “artefatos etnográficos” (Lowenkron e Ferreira, 2014).

Para Ferreira e Lowenkron (2014), encontros etnográficos com documentos permitem observar como esses artefatos carregam sentidos para além do ato materializado de documentar, refletindo sobre as modalidades de controle administrativo e formas de produção de verdade. No contexto apresentado, tal contextualização é fundamental para refletir sobre as violências praticadas contra os povos indígenas, inscritas em um quadro de desaparecimentos e perpetuação do racismo na via burocrática. A sequência de atos que foram analisados no TCC inicia-se temporalmente em fevereiro de 2021, a partir de uma representação formal o qual inaugura o fluxo burocrático que orientou a tramitação subsequente do caso de Tutxi ãwa. A peça foi formalizada junto ao Ministério Público Federal e solicitada pela Comissão Justiça e Paz de São Paulo e pela comunidade Avá-Canoeiro. O documento articula demandas de reparação que são simultaneamente individuais, coletivas, materiais e simbólicas, transformando-as institucionalmente em pedidos jurídicos (localização/exumação dos restos mortais, acompanhamento de ações civis já em curso e articulação com processos de demarcação). De modo específico, a Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, os especialistas do caso e um representante comunidade Avá-Canoeiro do Araguaia solicitaram ao MPF/PFDC esforços para um maior esclarecimento sobre o contexto de desaparecimento de Tutxi ãwa, na intenção da realização de um ritual fúnebre segundo as tradições de seu povo. Esse movimento se apoia em um quadro de reivindicações já estabelecidas, conforme aponta Rodrigues (2021).

Em seguida, ainda em 2021, a representação apresentada resultou uma decisão, um ato administrativo que acolheu o pedido, consolidando-o e encaminhando-o à Procuradoria da República para apuração. Em resposta, a PFDC desdobrou o feito em despacho decisório e determinou diligências oficiais (incluindo requisições a hospitais, cartórios e ao cemitério de Goiânia), o que evidenciou a transformação do pedido inicial em atividade investigativa formal no âmbito do MPF. Em sequência, as respostas às diligências do MPF se materializaram outros ofícios que se tornaram peças cruciais ao confirmar o sepultamento do “ÍNDIO TUTY” em cova rotativa no Cemitério Parque de Goiânia e ao informar a provável

transferência de seus restos mortais para um ossário permanente. Esses documentos, ao mesmo tempo em que cristalizam a materialidade do desaparecimento no âmbito estatal e oferecem subsídios para a busca da certidão de óbito, também expõem problemas operacionais (como a prática de covas rotativas, a destinação a ossários e a perda de arquivos antigos) para a continuidade das investigações.

O processo iniciado no MPF foi arquivado em 2023, indicando impossibilidade da localização exata da ossada de Tutxi, devido ao incêndio que ocorreu no cemitério em 2015, o qual destruiu boa parte dos documentos do acervo. Atualmente os especialistas envolvidos no caso, juntamente com representantes do povo Áwa, lutam para o reconhecimento de Tutxi enquanto desaparecido político e um pedido de desculpas oficial do Estado pelo seu desaparecimento. Concomitante a isso, reivindicam também a demarcação de terras tradicionais do povo Avá-Canoeiro do Araguaia e a construção de um memorial no cemitério onde Tutxi Áwa foi enterrado, em sua homenagem, conectando explicitamente a violência individual à reparação coletiva e territorial em curso.

A pesquisa resultou na percepção da via burocrática enquanto um instrumento ambíguo na luta por reparação. Ao mesmo tempo em que a inserção do caso no aparato Estatal “protege” e reivindica direitos por meio do reconhecimento institucional do desaparecimento, os documentos também operam como instrumentos de produção e reprodução de diferentes formas de violência contra os povos indígenas, articulados para administrar, tutelar e manter esses grupos em posições de subordinação. Foi a partir da análise do fluxo burocrático em torno do caso Tutxi, realizado no âmbito do meu TCC, que fui levada ao Cemitério Parque de Goiânia, agora já com o mestrado em andamento. Inaugura-se, portanto, minha primeira incursão em campo durante a dissertação: Em janeiro de 2026 fiz uma visita ao Cemitério Parque de Goiânia, com o intuito de verificar e buscar informações sobre o caso de Tutxi Áwa.

Em uma quarta-feira peguei um ônibus com duração de um pouco mais de 3h de Brasília para Goiânia. O cemitério está localizado em um grande terreno, visivelmente sucateado. Chegando lá, depois de tomar um tempo para conhecer o espaço, segui para a administração do cemitério, me apresentei e introduzi meu objeto de pesquisa. A administração era um pequeno cômodo que continha uma recepção central, um computador e diversos armários. De cara, alguns funcionários afirmaram que seria praticamente impossível encontrar qualquer documentação de uma pessoa indígena supostamente falecida ali dos anos 1970. Alegaram também que a data de falecimento e o nome da pessoa em que se procurava era essencial para obter quaisquer informações. Após eu fornecer os detalhes específicos

solicitados, um funcionário confirmou, pelo computador, a existência de um “ÍNDIO TUTY” no registro de óbitos digitalizado e online do Cemitério Parque. Era o único “índio” do sistema.

Esse mesmo funcionário, cujo nome aqui será Pedro¹², ao longo do dia acabou simpatizando cada vez mais com a minha empreitada de pesquisa. Depois de mais algumas movimentações nesse sentido, Pedro me informou que, devido ao incêndio ocorrido no Cemitério Parque em 2015, provavelmente não seria possível encontrar a guia que identificaria a ossada de Tutxi. Eu insisti, ressaltando mais uma vez que era muito importante encontrar qualquer informação sobre aqueles restos mortais, justificando que essa demanda estava viva com o povo Æwa até hoje.

Como o caso aparentava sem solução, perguntei se não poderia, então, dar uma olhada nos ossários do cemitério. Pedro me explicou onde ficava os ossários e já prontamente me afirmou que não encontraria nada por lá, pois diversos restos mortais estavam sem identificação e, sem a guia de identificação, seria impossível calcular onde estaria a ossada de Tutxi Æwa, mas que eu poderia verificar se quisesse. De toda forma, Pedro me afirmou que o procedimento da época era: enterrar as pessoas não-reclamadas ou indigentes em valas individuais; depois de alguns anos, caso a família não identificasse o morto e não comprasse o túmulo, os restos mortais eram transportados para os ossários, que poderiam ser identificados ou não. O cemitério estava em uma condição deplorável de conservação: paredes com tijolos expostos sem reboco, um mato muito alto, túmulos violados ou completamente destruídos e uma quantidade considerável de lixo jogado no chão que se misturava com restos mortais à mostra. Os ossários, os quais de primeira não soube dizer se eram casas abandonadas ou de fato os ossários, não se diferenciavam do cenário descrito anteriormente. Tratava-se de duas pequenas casas, em ruínas, sem identificação e com sinais evidentes de uma degradação provocada pela ausência de manutenção.

Voltei frustrada para a administração do cemitério. Mais um tempo se passou, em que Pedro intercalava as buscas ocasionais pela guia de identificação de Tutxi com outras demandas que surgiam naquela administração, a partir de outros cidadãos que apareciam por ali, ora resolvendo questões burocráticas, ora buscando informações de entes queridos perdidos no tempo. Em um certo momento, uma moça apareceu procurando uma informação da década de 80, queria saber onde um familiar seu tinha sido enterrado. Ao procurar pelo material solicitado, os funcionários abriram diversos armários do espaço da recepção. Foi

¹² Nomes fictícios foram criados para proteger a identidade dos interlocutores.

quando eu avistei uma grande sacola de plástico azul, que continha o que parecia ser um emaranhado de documentos antigos e deteriorados. Curiosa pelo objeto, perguntei do que se tratava. Pedro respondeu que eram documentos “tão velhos que nem valia a pena mexer”. Percebendo a minha hesitação com a sacola misteriosa e entendendo que eu não ia embora tão cedo, ele perguntou se eu teria fôlego para dar uma olhada.

A partir desse momento, o que se sucedeu foi uma busca em série entre papéis rasgados ou extremamente frágeis, desorganizados e muito antigos. Mesmo manuseando os arquivos com o máximo de cuidado possível, ainda assim, alguns se desintegraram ou se partiram em minhas mãos. Após algum tempo de busca, sem horizonte próximo de conclusão, percebi que outros funcionários e coveiros também haviam se engajado no meu empreendimento. A cena que me deparei me entusiasmou a continuar: alguns funcionários passavam por nós, curiosos, enquanto outros já se debruçavam atentamente sobre os inúmeros papéis e registros, em um esforço coletivo em auxiliar a mim e a Pedro. Tratava-se, principalmente, dos registros de óbitos das décadas de 60, 70 e 80, todos escritos à mão e organizados, respectivamente, a partir das seguintes colunas: N° de ordem; Data do Sepultamento; Nome; Filiação; Residência; Idade; Profissão; Cor; Sexo; Procedência; Médico Atestante; Causa mortis; Dia e Hora do óbito; Sepultamento (Quadra/Linha/N°/Hora); Local de Falecimento; Observações.

Finalmente, após quase duas horas de busca entre os documentos das três sacolas grandes que encontramos nos armários da administração, encontramos o registro de sepultamento de Tutxi Æwa. Apresenta-se a data e hora exata de sua morte, bem como confirma-se o local de falecimento. Identifica-se Tutxi como “índio Tuty”, da cor *parda*, filho de pais ignorados, com documento de identificação ignorado, de CPF ignorado, grupo sanguíneo não informado, eleitor não informado, CEP não informado. Nenhum pertencimento étnico específico foi identificado.

Pouco tempo depois, fui apresentada a Adalberto, um senhor que trabalhava no Cemitério Parque há muitos anos. Diferente do que Pedro dissera, Adalberto me comunicou uma outra versão sobre como ocorriam os procedimentos no momento do sepultamento de Tutxi: Na época, o Cemitério Parque de Goiânia ainda recebia corpos não-identificados e não-reclamados (atualmente, esse tipo de serviço não é mais realizado neste estabelecimento). O tratamento padrão para esses corpos, de acordo com a expertise de Adalberto, era: enterrar esses corpos em valas individuais. Após 5 anos, caso as famílias não viessem reclamar o morto (e consequentemente, nesse momento era necessário comprar o túmulo para realizar o enterro próprio), essas ossadas eram coletadas, uma a uma. Depois,

abria-se um buraco um grande no chão, próximo aos antigos espaços em que esses corpos ocupavam, só que mais fundo, e depositava-se todas as ossadas não-reclamadas. Nesse momento final, não havia identificação, não havia separação entre os corpos e não havia tratamento correto com esses restos mortais. Havia apenas uma grande vala onde encontravam-se milhares de vestígios de pessoas não-reclamadas, a qual ia se acumulando com o tempo. Depois de depositar os vestígios finais nesse buraco maior, ainda no mesmo espaço, abria-se mais valas individuais e o processo se repetia. Após mais cinco anos, o ciclo se realizava sucessivamente. Esse era o “padrão da época”, o qual Adalberto pessoalmente realizou por décadas. O coveiro ainda me afirmou que apenas em 1985 o Cemitério passou a realizar a separação das ossadas, as quais passaram a ser transportadas e identificadas nos ossários abandonados, para depois adquirirem uma guia e assim, passarem a ser documentadas. Dessa forma, diferentemente do que o processo do MPF indicava (a impossibilidade de encontrar as guias de identificação da ossada de Tutxi por conta do incêndio que queimou o acervo), o campo me apresentou outra versão da história: a inexistência do ato imediatamente anterior, ou seja, o de identificação e separação da ossada.

No fim do dia, os outros funcionários, que agora já se reuniam e ouviam atentamente relato do coveiro, chegaram à conclusão, puxada por Adalberto, de que seria *impossível* conseguir a ossada que eu tanto insistia em encontrar. Ela já estaria misturada a centenas de outros corpos não-identificados, não-reclamados e possivelmente, desaparecidos para inúmeros familiares que nunca tiveram a chance de se despedir de seus entes queridos. Não havia margem para a dúvida: me foi dada a certeza que aquela ossada, para além de estar inacessível, provavelmente já estava destruída pela ação do tempo. Todos pareciam aliviados e satisfeitos que a minha busca tinha chegado ao fim, graças à confirmação trazida pelo testemunho de Adalberto, amplamente validada pela equipe de funcionários. Vencida pelo cenário que se criou ao meu redor, agradei a gentileza e engajamento da equipe do Cemitério Parque e fui embora.

O encontro

Em um primeiro momento, a minha empreitada etnográfica em Goiânia frustrou as minhas expectativas em relação à pesquisa. Eu sabia que a possibilidade de ser apresentada a um cenário no qual eu encontrasse todas as informações sobre a ossada de Tutxi Æwa era otimista demais. Ainda assim, não esperava sair da cidade com a confirmação plena de que era *impossível* obter mais informações sobre o caso. Apesar de ter sido tratada com muita gentileza pela equipe do cemitério e de ter sido satisfatório conseguir verificar pessoalmente

a documentação que eu já vinha analisando há mais de um ano, sentia que a incursão havia servido apenas para confirmar uma notícia ruim, algo que nem eu, nem a comunidade *Ãwa* queríamos ter certeza: a impossibilidade de recuperar a ossada de Tutxi *Ãwa*.

Apenas meses depois, quando finalmente encontrei e conheci pessoalmente os *Ãwa* durante o ATL, pude relatar como foi minha ida ao Cemitério Parque em Goiânia. Entre os dias 5 e 11 de abril de 2026, pude acompanhar as atividades da 22ª edição do Acampamento Terra Livre Indígena (ATL), sediado anualmente em Brasília (DF). O ATL é a maior assembleia dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil e inaugurou um marco histórico para o movimento indígena, consolidando as estruturas para a contínua luta e mobilização nacional dos povos originários. Em 2026, o evento reuniu mais de 7 mil representantes e lideranças indígenas de cerca de 200 povos em torno do tema: “Nosso futuro não está à venda: a resposta somos nós”. Particularmente, eu já conhecia o evento em razão da minha trajetória como estudante de Ciências Sociais na Universidade de Brasília (UnB), onde o engajamento com a mobilização é frequentemente encorajado pelos nossos professores. No entanto, minha participação no ATL 2026 foi orientada por um objetivo distinto e específico. Minha principal motivação era, finalmente, ter a oportunidade de conhecer pessoalmente alguns integrantes do povo *Ãwa*, com quem eu vinha mantendo interlocuções e desenvolvendo pesquisas há mais de dois anos.

Para a minha surpresa, tanto os pesquisadores engajados com o Povo *Ãwa* quanto a comunidade em si reagiram de formas diferentes das que eu antecipei. A informação foi recebida com uma certa euforia e o relato logo adquiriu novas dimensões e formas. Além de acender dúvidas sobre a existência de valas comuns nos anos 70, foi orquestrado sugestões em torno de reabrir o processo com o MPF de Goiânia e juntar esforços para requisitar uma perícia forense no local. Concluímos que a nova informação levantava novos questionamentos, demandando, no mínimo, uma maior investigação. Ao relatar meus “achados” para uma interlocutora *Ãwa*, o acontecimento gerou uma série de emoções, passando pela tristeza, frustração, raiva (especialmente quando mencionei que ele foi enterrado como *pardo*) e satisfação com a minha busca.

Ao longo do evento do ATL, também tive a oportunidade de acompanhar o Povo *Ãwa* em uma reunião institucional com um órgão apoiador, juntamente com outros povos participantes. O objetivo da reunião em questão era promover um espaço de escuta das lideranças sobre o andamento de um determinado projeto, além de pautar as principais demandas das comunidades. A participação *Ãwa*, o último povo a se pronunciar, foi inaugurada com uma canção em tupi-guarani, língua originária *Ãwa*, feita por uma das

integrantes mais velhas do grupo. Depois, outro integrante ãwa tomou a palavra e passou a listar as diversas demandas ãwa e os dilemas contemporâneos que a comunidade vem enfrentando, direcionando sua fala para onde se precisava de mais apoio. Meu foco principal se detém a partir do momento em que este interlocutor iniciou sua narrativa sobre o desaparecimento de Tutxi ãwa. Ao mencionar o caso, noto que ele foi elencado no mesmo patamar de outras demandas igualmente prioritárias, como moradia adequada e necessidade de um agente de saúde na comunidade. Em sua fala, o interlocutor também adicionou os achados da minha pesquisa sobre o cemitério, acionados naquele momento como uma ferramenta que fortalecia a necessidade de reparação.

A partir desse momento, confirmo uma hipótese que vinha se desenhando desde o TCC: A inserção da demanda por Tutxi se enquadra dentro de um campo maior de reivindicação, articulando-se dentro de eixo específico de luta e memória dos Povos Indígenas, o qual se organiza politicamente a partir de uma “justiça de transição” mas que não se esgota na temporalidade da Ditadura Militar. Nesta segunda frente etnográfica, percebi que a demanda por reparação do caso Tutxi, além de estar extremamente viva, está intrinsecamente atrelada à outros processos de reivindicações, igualmente importantes à própria sobrevivência ãwa. Nesse cenário, destaco a ênfase dada pelo meu interlocutor ãwa ao processo de demarcação de terras, como eixo condutor de um processo de reparação maior. Perceber esse entrelaçamento de reivindicações, que são, ao mesmo tempo, completamente distintas mas ainda assim, indissociáveis entre si, ampliou o foco da atual etnografia, enquadrando-a em uma luta por reparação que ultrapassa o caso de Tutxi ãwa.

O ATL tornou-se, portanto, o local especial onde eu pude, enfim, conhecer pessoalmente alguns integrantes ãwa, me fazer conhecida pelo grupo, contar sobre tudo o que já havia sido debatido em minha pesquisa até o momento, comentar sobre a pesquisa em andamento e projetar novos horizontes para o desenvolvimento do trabalho. A experiência desse encontro redimensionou, de maneira mais profunda do que eu havia antecipado, o próprio sentido da pesquisa. O encontro com o povo ãwa, juntamente com a escuta de suas reivindicações contemporâneas, na qual a luta pela ossada de Tutxi ãwa se apresenta de maneira tão presente, me apresentou a um novo cenário onde a demanda se mostra latente entrelaçada por movimentos de ancestralidade e de atos de resistência que vem se acumulando ao longo do tempo. Longe da reparação do caso de Tutxi ãwa ser percebida apenas na sua ótica da impossibilidade, ou vista como algo que se “perdeu” em conjunto com tantas outras “derrotas”, a demanda se apresenta e se reconstrói ali tão potente e viva como todas as outras. Demanda esta que resiste, apesar do arquivamento do processo, apesar da

morte de Marcelo Zelic, apesar dos descorajamentos contínuos de meus interlocutores do Cemitério Parque, apesar da omissão do Estado e apesar da tentativa de genocídio contínua contra os ãwa. Assim, a luta pela ossada de Tutxi ãwa está inevitavelmente inscrita e atravessada por diferentes tipos de lutos e perdas. A demanda aparece entranhada e marcada no corpo dessas pessoas, corpos que resistem cotidianamente contra as incansáveis tentativas de apagamento colonial, corpos que sonham em retornar para a sua terra tradicional para enterrar propriamente seus mortos.

O encontro com o povo ãwa no ATL me rendeu minha última entrada em campo: Conhecer a aldeia Itaro, em Tocantins, local temporário de residência do povo ãwa. Trata-se do território onde aguardam a conclusão do processo de demarcação da sua terra tradicional Taego ãwa, em curso desde 2016, do qual resta “apenas” a etapa de homologação e desintrusão.

A aldeia

Por fim, neste subtópico busco narrar alguns momentos da última incursão em campo realizada até o momento: Em junho de 2026, passei 8 dias na Aldeia Itaro, na Ilha do Bananal, Tocantins. O local é ocupado pelo Povo ãwa desde o início de 2021. O intuito do trabalho de campo era de conhecer melhor meus interlocutores em seus respectivos espaços a partir de seus modos de vida. Além disso, também era caro para mim compreender como o cotidiano da comunidade é atravessado pelo caso de Tutxi ãwa. Nesse sentido, almejava compreender o impacto da perda de Tutxi e as perspectivas e o engajamento da comunidade em relação ao processo de reparação. Por fim, também tinha o interesse em entender a relação entre o território tradicional com a identidade e com a ancestralidade ãwa.

Na Aldeia Itaro, onde fui extremamente bem acolhida pelo povo ãwa, eu tive a oportunidade de conhecer melhor o cotidiano e as demandas contemporâneas da comunidade. De modo geral, foi um período bastante proveitoso e especial, no qual pude fortalecer relações, discutir sobre a minha pesquisa, conhecer o restante da comunidade e ser apresentada as belíssimas paisagens do Tocantins. Pude conversar com as principais lideranças em relação ao processo de demarcação de terras e ao processo de reparação do caso de Tutxi ãwa. Em uma determinada manhã, realizei uma oficina de desenho e colagem com as crianças do ensino fundamental da Escola Tutawa ãwa, período gentilmente cedido pelos professores da Aldeia Itaro. De modo semelhante, realizei uma aula sobre cultura com os alunos do ensino médio. Por conta do escopo deste trabalho, busco me aprofundar em apenas duas questões principais: a presença de Tutxi ãwa no cotidiano da aldeia e análises

tecidas a partir das conversas que tive com as principais lideranças do povo ãwa sobre o caso de Tutxi ãwa.

Acredito que uma primeira nota marcante seria mencionar a diferença entre a forma com que Tutxi ãwa é retratado em ambientes de obtenção e reivindicação de direitos (ou pelas lideranças mais engajadas com o caso) e a maneira que sua memória vive na aldeia, a qual percebi, neste segundo, de forma mais diluída. No que tange ao cotidiano da aldeia, uma das dimensões que mais me chamou atenção em relação ao que compreendi da “cultura”¹³ ãwa é o ato de se nomear as pessoas do grupo. A palavra “ãwa” significa “gente” ou “pessoa”. Para cada pessoa, estabelece-se um “nome de adulto” que é dado no momento do nascimento. Ao longo da vida, essa pessoa passa a receber outros nomes, movimento que pode ser feito por qualquer pessoa próxima. Estes nomes carregam características das pessoas e dos antepassados que possuíam o mesmo nome. Por isso, inclusive, no início tive dificuldade de mapear corretamente quem eram as pessoas das histórias contadas, não apenas porque eles se repetiam na aldeia mas também porque é comum que uma pessoa ãwa tenha mais de dois ou três nomes, os quais se acumulam e não se substituem com o passar do tempo. Os mais velhos, portanto, têm o costume de nomear as pessoas da comunidade ao longo da vida conforme a personalidade destas pessoas se desenvolvem a ponto de relembrar características marcantes de outras pessoas anteriores com o mesmo nome. Assim, de modo simultâneo, existem crianças e adultos com nomes idênticos na Aldeia, tendo em vista que o ato de nomear não se restringe a pessoas falecidas e engloba também os parentes vivos.

Tutxi ãwa é lembrado pela comunidade por ser uma pessoa extremamente valente e corajosa. Ao longo do campo, me deparei com outras duas pessoas (uma criança e um adulto) que também tinham recebido, em algum momento de suas vidas, o nome de Tutxi. Dessa forma, percebi que a presença de Tutxi ãwa no cotidiano da aldeia se mostrou mais presente através de outras lembranças e histórias que se recriam e se atualizam, principalmente nos atravessamentos das características, do que pelo fato do desaparecimento em si. A ancestralidade, a memória dos antepassados e os ensinamentos dos mais velhos é articulado constantemente no dia-a-dia, principalmente pelas crianças, que rememoram histórias de avôs e bisavôs mesmo sem conhecê-los em vida. Portanto, o desaparecimento de Tutxi, no cotidiano da Aldeia Itaro, se organiza a partir de outras lógicas e referências próprias, que não

¹³ Utilizo a categoria *cultura* por ser o termo empregado por meus interlocutores para se referirem às suas práticas e modos de vida tradicionais. Mantenho-a entre aspas para sinalizar um uso reflexivo da categoria, reconhecendo que sua mobilização, no âmbito da antropologia, está atravessada por relações de poder e pode produzir efeitos de essencialização, superenfatizando a coerência interna de determinados grupos e fixando povos não ocidentais em um tempo e lugar específicos (Abu-Lughod, 2018; Fabian, 1983).

necessariamente dialogam com arcabouço mobilizador de discursos em contextos de lutas do movimento social dos familiares de desaparecidos da ditadura militar.

Ao conversar com as lideranças indígenas sobre o caso de Tutxi, o eixo da reparação e da luta pelos direitos através da resistência diária já aparece de maneira mais marcante. O desaparecimento de Tutxi aparece sob outras versões: não se sabe se ele de fato estava com pneumonia, ou se foi levado para ser morto como punição por ter flechado o Xavante no momento da captura, ou, ainda, se tinha sido transportado para retirar uma abelha que havia entrado em seu ouvido alguns dias antes. O desejo de retornar ao território configura-se como o eixo condutor do processo de retomada da identidade, da autonomia, dos conhecimentos e da dignidade do povo *Ãwa*. De acordo com as lideranças, após a captura forçada da FUNAI e durante a permanência do grupo na Fazenda Canoanã, o povo *Ãwa* sofria grande discriminação pelos brancos e pelas outras etnias indígenas. Por muito tempo, devido à pequena quantidade de pessoas do Povo *Ãwa*, as marginalizações sofridas os impediam de praticar livremente suas tradições “culturais” e de se comunicar em sua língua originária. A vontade de “retomar a identidade e cultura” é um desejo recente e progressivamente em ascensão, inaugurado a partir do início do processo de demarcação de terras.

A reparação de Tutxi, aparece, mais uma vez, dentre uma série de outras demandas ainda mais urgentes: melhorar as condições de locomoção até a aldeia, obter uma escola independente, melhoria das questões de saúde física e mental (com ênfase na população idosa e nas pessoas com deficiência), adquirir material adequado para a construção das casas, mitigar o processo ilegal de drenagem do Rio Javaés, o qual prejudica a pesca e põe as pessoas em risco nas navegações, entre muitas outras reivindicações. Nesse âmbito, demandas pelo “não esquecimento”, por “visibilidade” e pelos “direitos constitucionais” também se mostram importantes aspectos nas falas das lideranças. A vontade de retornar ao território de origem, principalmente para enterrar os antepassados na Taego *Ãwa* (terra tradicional) é uma vontade compartilhada por todos.

Considerações finais

Em um esforço de sistematizar meu material empírico, optei por uma ênfase etnográfica neste trabalho, tendo em vista que a pesquisa ainda está em andamento. Ao compreender a violação contra o povo *Ãwa* como um processo contínuo, no qual tanto as formas de marginalização dirigidas ao grupo quanto suas estratégias de luta e resistência articuladas contra essas violências se reconfiguram ao longo do tempo, a reparação pelo caso Tutxi demandada revela-se simultaneamente simbólica e material. Seus significados se

transformam conforme as dinâmicas contemporâneas de violência e de resistência também se atualizam. O caso de Tutxi é mobilizador, juntamente com o processo de demarcação de terras, de um movimento maior de reparação do Estado com o povo Ñwa. Não obstante, esse processo não deve ser retirado da trajetória Ñwa e de suas respectivas cosmologias, relações com o território tradicional, relações com seus antepassados e enfrentamento de violências ao longo dos séculos.

Ressalto, portanto, que o desaparecimento indígena deve ser compreendido dentro de uma lógica de extermínio dos corpos dissidentes provenientes de uma lógica colonial, cujo objetivo ultrapassa a execução física e se estende como um projeto de erradicação de cosmologias ancestrais. Assim, debruçar-se sobre o desaparecimento de pessoas indígenas, implica em reconhecer uma “história indígena do sofrimento” (Cruz, 2022) que se atualiza em processos de conflitos contemporâneos, profundamente arraigados em relações ontológicas e cosmológicas entre o corpo e o território. Nesse sentido, as demandas Ñwa estão profundamente encarnadas em seus discursos, em seus corpos, em seus territórios e em suas memórias.

As diferentes formas em que Tutxi é retratado nas diferentes ocasiões levaram a produção de algumas considerações, ainda em desenvolvimento. Primeiramente, evidencia-se mais um exemplo ambíguo na produção de caso um desaparecimento de pessoa, o que ocasiona em alguns questionamentos: A transformação desses acontecimentos em casos de reparação é útil exatamente para que? Para quais fins é útil acionar essas categorias? Quem aciona essas categorias? Como alocar o esforço, no campo do desaparecimento, de constantemente criar novas categorias?

Acredito que o exposto apresenta o importante esforço dos aliados, especialistas, pesquisadores e posteriormente, também do povo Ñwa, em enquadrar o caso em uma linguagem específica, como a forma possível encontrada de obter algum tipo de reparação para um quadro de violações contínuas que se mostram muito maiores do que um caso de desaparecimento de pessoa em si. Esse movimento de enquadramento e reivindicação da categoria *desaparecido político* (movimento este que agora passei a integrar) é, ao mesmo tempo que extremamente necessário para a garantia dos direitos constitucionais do povo Ñwa, criador e mobilizador de uma realidade a partir de uma ótica ocidental não necessariamente compartilhada, nos mesmos moldes, pelo povo Ñwa.

O caso se encontra dentre as formas de fazer política que precisam acionar uma determinada linguagem política e enquadramento estatal com o intuito de obter algum tipo de reparação para populações socialmente marginalizadas. No caso de Tutxi, o cenário da

“justiça de transição” reivindicado (e com ele o seu linguajar próprio, como a própria categoria de desaparecimento político) parte de uma estratégia legítima, acionada inicialmente por parte dos especialistas, para pautar a discussão dentro da forma do Estado. No caso do povo Ñwa, essa é a via de reparação possível, dentre um mar de direitos violados, reverberando menos no caso de desaparecimento de Tutxi em si e mais na possibilidades de criação de direitos e melhores condições de vida para o povo Ñwa como um todo.

Ainda, o horizonte de reparação ideal, ultrapassa o pedido de desculpas do Estado ou a indenização (sem tirar a importância desses atos), mas desloca-se para a finalização do processo de demarcação de terras e ao retorno para o território tradicional, o que remonta ao processo de invasão. Ainda que os meios de se obter direitos sejam os mesmos que, por exemplo, familiares brancos de vítimas que desapareceram durante a ditadura militar, as motivações e horizontes de reparação são significativamente diferentes. Este movimento ambíguo, por um lado esvazia a pauta da justiça de transição, e por outro, também serve para criar outras realidades sociais. Dessa forma, o ato também busca ressignificar o próprio estatuto das “vítimas da ditadura militar” e robusta um importante movimento inaugural que atesta que pessoas indígenas também sofreram inúmeras violências durante o período ditatorial.

Essa contradição é corrente em temas que se desenvolvem a partir (e contra) o Estado, especialmente ao tratar de sujeitos historicamente silenciados. Temos, portanto, uma prática que ao mesmo tempo acusa o Estado, mas também recorre às ferramentas do próprio Estado para se postular contra ele. Bourdieu (1996) enfatiza que o Estado contribuiu de maneira determinante na produção e reprodução dos instrumentos de construção da realidade social, enquanto estrutura organizacional e instância reguladora das práticas que determinam disciplinas corporais e mentais de maneira uniforme. Para o autor, a capacidade estatal não se limita à administração, mas é, sobretudo, simbólica, ao produzir e garantir um capital simbólico que homogeneiza formas de existência, critérios de legitimação e maneiras de reconhecimento social. Esse processo de padronização e classificação - linguística, jurídica, social - molda as estruturas mentais e os dispositivos que naturalizam e legitimam a vida social segundo um modelo de cultura nacional supostamente universal. É esse poder “criador, quase divino” (p. 114) que autoriza, por exemplo, dentro de uma série de lutas aparentemente contra o Estado, o acionamento de uma categoria diferente de ser e existir pública e universalmente.

Portanto, torna-se essencial inscrever o caso do desaparecimento e “perda” de Tutxi Ñwa, tanto na trajetória ancestral de séculos de confrontos armados em resistência à

colonização, quanto no atravessamento desse acúmulo de “perdas” pós-contato, que embebido nos afetos e em atos de coragem, colaboram para uma coletânea de resistências cotidianas que atualizam e fortalecem a luta. Assim, constrói-se um horizonte de indignações que colaboram para a construção de outras formas de enfrentamento, inclusive afetivas e identitárias, que se articulam também pela experiência vivida e teorizada diariamente.

Referências Bibliográficas:

ABU-LUGHOD, L. 2018. A Escrita contra a cultura. **Equatorial – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social**, v. 5, n. 8. – S23.

BOURDIEU, Pierre. **Espíritos de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático**. In: BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 2011. Original publicado em 1996.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Relatório: volume 2, textos temáticos. Brasília: [s.n.], 2014.

CRUZ, Felipe Sotto Maior. **Letalidade branca: negacionismo, violência anti-indígena e as políticas de genocídio**. 2021. 218 f., ill. Tese (Doutorado em Antropologia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

FABIAN, Johannes. O Tempo e o Outro: Como a Antropologia Estabelece Seu Objeto. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013[1983].

LOWENKRON, Laura, FERREIRA, Letícia. 2014. “Anthropological perspectives on documents: Ethnographic dialogues on the trail of police papers”. **Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology**, 11, 2: 75-111.

MARCUS, George E. 1995. “Ethnography in/of the world system: the emergence of Multi-Sited Ethnography”. *Annual Review of Anthropology* 24: 95-117.

RODRIGUES, Patrícia de Mendonça. 2012. Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação: Terra Indígena Taego Ñwa. Brasília: FUNAI.

RODRIGUES, Patrícia de Mendonça. **Os Avá-Canoeiro do Araguaia e o tempo do cativo**. *Anuário Antropológico*, v. 38, n. 1, 2013. Disponível em:

<http://journals.openedition.org/aa/402>. DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.402>. Acesso em: jun. 2024.

RODRIGUES, Patrícia de Mendonça. **O caso do desaparecido Tutxi Ñwa**. *Armazém Memória*, 2021. Disponível em: <https://armazemmemoria.com.br/ava-canoeiro>. Acesso em: jun. 2024.

SAMPAIO, D. B.; DE LIMA, I. F. A Lesbiandade na documentação do SNI da Ditadura Militar Brasileira: limites informacionais estabelecidos. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 16, 2023.